



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR  
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR  
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

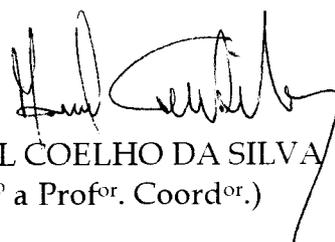
**ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR**

Instituto Politécnico de Tomar  
Escola Superior de Gestão  
Curso de Auditoria e Fiscalidade

DISCIPLINA  
DIREITO ECONÓMICO INTERNACIONAL

4.º Ano - 2.º Semestre  
REGIME : SEMESTRAL

Carga Horária: 4 horas Teórico/Práticas  
Ano Lectivo 2005/2006

Docente:   
MANUEL COELHO DA SILVA  
(Eq.º a Prof.º. Coord.º.)

### **Objectivo da Disciplina:**

Difundir uma visão ampla da actividade económica mundial e da sua evolução, bem como da formação de blocos económicos regionais.

Aprofundar o conhecimento dos alunos sobre os mais significativos aspectos das relações comerciais internacionais e da consequente disciplina jurídica criada.

Apresentar, com detalhe, a acção das instituições financeiras internacionais e das relações monetárias internacionais e dos normativos jurídicos que lhes estão ligados.

### **Método de Ensino**

**Aulas Teóricas:** Exposição e Análise dos Conteúdos Programáticos. Utilização, sempre de possível, de textos de apoio.

**Aulas Práticas:** Recurso a exemplos reais para aplicação de conceitos e resolução de situações concretas.

# Programa

## I - Introdução

1. O Direito como Processo de Decisão Política.
2. A Humanidade no Direito Internacional:
  - 2.1 Direito do Mar;
  - 2.2 Tratado que Regula a Exploração do Espaço Cósmico;
  - 2.3 Convenção sobre o Genocídio;
  - 2.4 Regulamentação dos Bens Património da Humanidade;
  - 2.5 Direitos Humanos.
3. A importância das relações económicas internacionais no mundo de hoje.
4. A cooperação e a integração económicas.
5. A Nova Ordem Económica Internacional.
6. A Actuação dos Estado:
  - 6.1 A Actuação Unilateral dos Estados;
  - 6.2 As crises de Dívida Externa;
  - 6.3 A Expropriação de Bens Estrangeiros.

## II - AS RELAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS

1. *A teoria do Comércio Internacional:*
  - 1.1 Os Fundamentos teóricos do livre-cambismo:
    - 1.1.1 A perspectiva mercantilista;
    - 1.1.2 A teoria dos custos absolutos de Adam Smith;
    - 1.1.3 A teoria dos custos comparados ou das vantagens comparativas de David Ricardo;
    - 1.1.4 O contributo de John Stuart Mill. A lei dos valores internacionais;

- 1.1.5 A ilustração da teoria das vantagens comparativas através de teoria dos custos de oportunidade ou de substituição de Gottfried Haberler;
- 1.1.6 A teoria neoclássica: o modelo Heckscher-Ohlin;
- 1.1.7 O paradoxo de Leontief;
- 1.1.8 Algumas teorias contemporâneas: a teoria da procura representativa, de Staffan Linder, a teoria do ciclo de vida do produto, de Raymond Vernon;
- 1.1.9 As bases da vantagem competitiva de certas nações, segundo Michael Porter.

## 1.2 Os argumentos favoráveis ao protecção:

- 1.2.1 Os argumentos extra-económicos;
- 1.2.2 A protecção das indústrias nascentes, em conjugação com o argumento das externalidades;
- 1.2.3 Outros argumentos;
- 1.2.4 Análise à dicotomia livre-cambismo/protecção.

## 2. O Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) e o Acordo que cria a Organização Mundial de Comércio («Acordo OMC»):

- 2.1 A génese do GATT (a parte IV da Carta da Havana), o protocolo da aplicação provisória e a subsistência das legislações incompatíveis com o GATT;
- 2.2 O GATT como um acordo intergovernamental que evolui para uma organização internacional de facto: a criação dos órgãos do GATT: a criação do Conselho dos Representantes em 1960; as regras de votação; o mecanismo de resolução de litígios: as várias possibilidades; a formação dos painéis; o funcionamento deste mecanismo ao longo dos anos;
- 2.3 O contraponto entre a orgânica do GATT e a da OMC, as regras de votação; o carácter inovador da OMC, designadamente ao nível da resolução de litígios (análise do Memorando de Entendimento sobre as Regras e Processos que Regem a Resolução de Litígios); a proibição das medidas unilaterais de repressão; âmbito de actuação e os poderes da OMC;
- 2.4 Os princípios da não-discriminação e da liberalização como princípios estruturantes do GATT, as respectivas excepções;
- 2.5 As sucessivas rondas negociais multilaterais: Genebra (1947); Annecy (1949); Torquay (1950-51) e Genebra (1955-56) - visão geral dos resultados conseguidos; o Dillon round (1961-62) e a emergência da UE; o Kennedy round, o Trade Expansion Act e as propostas de redução linear dos direitos aduaneiros e de constituição de uma zona de comércio livre com o CEE para certos produtos; a questão dos “picos tarifário”; o Tokyo round - as relações

+



EUA-UE e o nivelamento da protecção tarifária; a questão do neo-proteccionismo e os diversos acordos aprovados; o Uruguay round: a redução dos direitos aduaneiros, os serviços, a agricultura e o GATT ao longo das rondas negociais; o acordo sobre os têxteis de algodão, o acordo Multifibras (acordo quadro) e o acordo bilaterais (a questão da diferenciação do proteccionismo);

2.6 Análise a alguns acordos comerciais multilaterais, partes integrantes do Acordo OMC.

3. *Os regimes sectoriais:*

3.1 Os Acordos Multifibras: o acordo-quadro e os acordos bilaterais; a questão da diferenciação do proteccionismo; a questão do "dumping" social;

3.2 A problemática dos produtos de base; a acção da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED ou UNCTAD); o Programa Integrado Para os Produtos de Base: o mecanismo dos stocks reguladores seu funcionamento;

3.3 O estatuto dos Países em Desenvolvimento (PED).

4. *Os temas descurados no Uruguay Round:*

4.1 O dumping social;

4.2 A protecção do ambiente;

4.3 As regras de concorrências.

### III - A ACÇÃO DO BANCO MUNDIAL

1. *O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e as instituições afiliadas:*

1.1 O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento;

1.2 A Associação Internacional de Desenvolvimento;

1.3 A Sociedade Financeira Internacional;

1.4 A Agência Multilateral de Garantia de Investimento e o Centro Internacional para a Resolução de Diferendos relativos a Investimentos;

1.5 O papel do grupo do Banco Mundial no auxilio aos PED.



## IV - AS RELAÇÕES MONETÁRIAS INTERNACIONAIS

### 1. *Noções fundamentais:*

- 1.1 O mercado de câmbio; a ligação do mercado do câmbio com a Balança de Pagamento (BP); a arbitragem; as taxas de câmbio; as operações cambiais à vista e a prazo; as operações "swap"; os câmbios estáveis, fixos e flexíveis;
- 1.2 O mercado do eurodólar: o seu surgimento e a sua importância nas relações monetárias internacionais.

### 2. *A Balança de Pagamento:*

- 2.1 O sistema de inscrição da BP: regras básicas;
- 2.2 A composição da BP; as diferentes balanças que integram a balança global;
- 2.3 O equilíbrio e o desequilíbrio das BP; a linha divisória entre as operações que entram em conta para a aferição da posição da balança e as operações financiadoras;
- 2.4 A posição da BP e os níveis de desenvolvimento económico; o ciclo evolutivo das BP;
- 2.5 Os inconvenientes dos défices e dos excedentes prolongados;
- 2.6 A BP portuguesa: linhas gerais de evolução durante o Estado Novo, e desde 1974 até aos dias de hoje.

### 3. *O ajustamento dos desequilíbrios externos:*

- 3.1 Os mecanismos espontâneos de ajustamento;
- 3.2 As políticas de ajustamento dos desequilíbrios externos.

### 4. *A evolução do sistema monetário internacional:*

- 4.1 Os regimes monetários anteriores à II Grande Guerra;
- 4.2 A cooperação monetária após II Grande Guerra;
- 4.3 Outros aspectos do código de boa conduta monetária: a proibição das desvalorizações competitivas; a obrigação da unicidade das taxas de câmbio; a obrigação de convertibilidade; a obrigação de informar e colaborar com o Fundo; os poderes de fiscalização do Fundo; o apelo a uma maior transparência, na sequência da crise no sudeste asiático;
- 4.4 O papel do FMI na crise do peso mexicano de 1994-95 outros países da América do Sul, em particular da Argentina, e também na crise do sudeste asiáticos de 1997; as insuficiências do Fundo;
- 4.5 Os mecanismos de ajuda financeira do Fundo.

### 5. *O processo de integração económica comunitária:*

- 5.1 A situação da Europa após a II Grande Guerra: o plano Marshall, a OCDE, a UEP e o Acordo Monetário Europeu;
- 5.2 O desinteresse inicial da UE pela questão monetária; a criação da serpente comunitária e do FECOM; razões do seu insucesso;
- 5.3 A criação do Sistema Monetário Europeu: características essenciais;
- 5.4 As vicissitudes por que passou o SME; o relançamento da UEM; as crises de Set. 1992 e Julho / Agosto de 1993;
- 5.5 Os Tratados de Maastrich, Amesterdão e Nice e a UEM.

#### **V - A ACTUAÇÃO DOS AGENTES PRIVADOS:**

1. As Empresas Multinacionais: Descrição Analítica de um Fenómeno Contemporâneo.
2. A Nacionalidade da Pessoa Jurídica e a Empresa Multinacional.
3. O Controlo pelo Estado da Actividade Internacional das Empresas Privadas.
4. Os Contratos Internacionais.

## BIBLIOGRAFIA

1. Faugère, Jean-Pierre  
O sistema Financeiro Monetário Internacional  
Instituto Piaget, Lisboa, 1997
2. Goyos Jr, Durval de Noronha  
A OMC e os Tratados da Ronda Uruguay  
Observador Legal Editora, S. Paulo, 1995
3. Guillochon, Bernard  
Economia Internacional  
Planeta Editora, Lisboa ?
4. Labisa, António dos Santos  
Organismo Internacional  
Banco de Portugal, Lisboa, 1994
5. O sistema Monetário Internacional  
Terramar, Lisboa, 1997
6. Magalhães, José Carlos de  
Direito Económico Internacional - Tendências e Perspectiva  
Juruá Editora - Curitiba, Brasil, 2002
7. Mander, Jerry, e GOLDSMITH, Edward  
Economia Global, Economia Local-A controvérsia  
Instituto Piaget, Lisboa, 1995
8. Medeiros, Eduardo Raposo de  
Economia Internacional  
ISCSP, Lisboa, 1996
9. Medeiros, Eduardo Raposo de e Joaquim Fernando Calado Mendes  
Novas Regras do Comercio Internacional  
ISCSP, Lisboa, 1996
10. Organização Mundial do Comércio  
GATT-Index analytique: Guide des régles et pratiques du GATT  
Genebra, 6ª edição, 1995
11. Pitta e Cunha, Paulo de

Economia Política  
AAFDL, Lisboa, 1973

12. Integração Europeia  
Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1993
13. Perrut, Dominique  
A Europa Financeira e Monetária  
Instituto Piaget, Lisboa, 1997
14. Rainelli, Michel  
A Organização Mundial do Comércio  
Terramar, Lisboa, 1998
15. A Organização Mundial do Comércio e a Resolução de Litígios  
Fundação Luso-Americana, Lisboa, 1998
16. Roque, Ana  
Direito Comercial Internacional  
Âncora Editora, Lisboa, 2004
17. Roque, Ana  
Tópicos Direito Económico  
UAL - Universidade Autónoma de Lisboa - Lisboa, 2002
18. Vaz, Manuel Afonso  
Direito Económico - A ordem Económica Portuguesa - Coimbra Editora - Coimbra 1998
19. Santos, Luís Máximo e Outros -  
Textos - Relações Económicas Internacionais - AAFDL - Lisboa, 1995
20. Silva, Miguel Moura e  
Direito Internacional Económico - jurisprudência  
Relativa ao Sistema GATT/OMC Associação Académica da Faculdade de  
Direito da Universidade de Lisboa - Lisboa, 2002

Aconselhamos, ainda, a visita às páginas na Internet das seguintes instituições:

- International Monetary Fund;
- Bank for the International Settlements;
- United Nations;
- World Trade Organization;
- European Union.



**DISCIPLINA DE DIREITO ECONÓMICO INTERNACIONAL**

**DISCIPLINA SEMESTRAL**

**SISTEMA DE AVALIAÇÃO**

1. A FREQUÊNCIA E A PARTICIPAÇÃO ACTIVA NAS AULAS SERÁ CONSIDERADA PARA EFEITOS DE AVALIAÇÃO
2. REALIZAÇÃO DE 1 (UMA) FREQUÊNCIA

OS ALUNOS QUE NA FREQUÊNCIA OBTIVEREM CLASSIFICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 10 (DEZ) VALORES PODERÃO SER DISPENSADOS DA REALIZAÇÃO DO EXAME ESCRITO, DESDE QUE TENHAM REALIZADO TRABALHOS PRÁTICOS.

3. EXAME ESCRITO

NOTA MÍNIMA DE APROVAÇÃO DE 10 (DEZ) VALORES

4. A REALIZAÇÃO DE TRABALHOS PRÁTICOS TERÁ LUGAR AO LONGO DO SEMESTRE LECTIVO E SERÁ LEVADA EM CONTA PARA EFEITOS DA NOTA FINAL.
5. A CLASSIFICAÇÃO FINAL DA DISCIPLINA SERÁ A MÉDIA ESTABELECIDADA ENTRE A NOTA DAS PROVAS ESCRITAS (EXAME FINAL E OU FREQUÊNCIA), A NOTA DOS TRABALHOS PRÁTICOS, SEMPRE QUE TAL VENHA A SER DETERMINADO.
6. NO ÂMBITO DA DISCIPLINA PODERÃO AINDA SER REALIZADOS, AO LONGO DO ANO, ESTUDOS DE CASO, INDIVIDUAIS OU COLECTIVOS, COM RELEVÂNCIA PARA A CLASSIFICAÇÃO FINAL.

A FORMA DE CLASSIFICAÇÃO DOS TRABALHOS INDIVIDUAIS OU COLECTIVOS SERÁ PREVIAMENTE INDICADA.